



Universidades Lusíada

Rapaz, Virgílio José, 1942-

Il faut achever l'euro : tout ce que vous avez toujours voulu savoir sur l'euro

<http://hdl.handle.net/11067/5763>

<https://doi.org/10.34628/9qty-jy90>

Metadata

Issue Date	2020
Keywords	Euro (Moeda) - História, Zonas monetárias - Países da União Europeia
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCEE] LEE, n. 29 (2020)

This page was automatically generated in 2024-09-12T09:31:08Z with information provided by the Repository

**“IL FAUT ACHEVER L’EURO:
TOUT CE QUE VOUS AVEZ TOUJOURS VOULU SAVOIR
SUR L’EURO
(SANS OSER LE DEMANDER)”
JEAN QUATREMER
CALMANN LÉVY, PARIS, 2019**

Virgílio Rapaz

Professor Catedrático da Universidade Lusíada
vrapaz@zonemail.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/9qty-jy90>
Recebido: 11.10.2020
Aprovado: 07.02.2021

Apresentação

A tese principal do texto em apreciação consiste em defender que, se os governos não tiverem a coragem de concluir a construção do euro, esta moeda sem Estado desaparecerá. E, para ultimar essa tarefa, haverá que adoptar uma solução federalista.

O Autor deste espesso volume ("*un gros pavé*" de 666 páginas), Jean Quatremer, é um influente jornalista francês, especializado nas questões europeias, com vasta colaboração em crónicas (no diário *Libération*, desde 1984), reportagens, programas televisivos, livros. A sua presença em Conferências de Imprensa respeitantes ao lançamento e ao funcionamento da área do euro e uma intensa actividade de entrevistador permitem-lhe ir além da simples análise dos comunicados oficiais, partilhando uma grande riqueza de detalhes. Esta intervenção tem-lhe granjeado ilustre reconhecimento entre os seus pares e seguidores nas redes sociais e valido importantes prémios gauleses e europeus.

A veia jornalística revela-se, outrossim, no estilo utilizado, com imagens literárias que nos remetem para diferentes contextos culturais, nomeadamente, referências cinematográficas, a começar pela ostensiva piscadela de olho no exergo da capa (1).

Ao potencial leitor do livro, com eventuais reservas sobre a falta de credenciais mais académicas, recordaremos que alguns dos nomes maiores da história do pensamento económico foram, também, jornalistas antes das suas carreiras universitárias: por exemplo, Menger, mais tarde, um dos fundadores do marginalismo, ou Wicksell, futuro chefe de fila da escola sueca.

O título, pérola de ambiguidade (2), começa por deixar em dúvida sobre a sua posição. "*Achever*" tanto pode significar concluir, terminar, rematar, como abater, eliminar, matar. Porém, o texto dissipa a dúvida, ao afirmar que o euro é uma "*monnaie inachevée*" (Pg. 14), logo, a escolha simples, com que nos defrontamos, é entre "*parachever l'euro ou l'achever*" (Pg. 21).

Conteúdo

Contrariamente ao que se poderia deduzir da designação da obra, esta dedica-se, de facto, na sua maior parte, aos esforços conducentes à criação do euro. Com efeito, é necessário ler-se cerca de dois terços das páginas, para se assistir ao seu nascimento, ao "*jour de l'euro*" (Pg. 421).

Até lá, estamos perante uma narrativa louvavelmente fluida sobre a

evolução da ideia de unificação monetária europeia. Começa por se interrogar se o euro não será “*un enfant de Mai 68*” (Pg. 23), um, poderíamos dizer, “*soixante-huitard*”. E responde afirmativamente: a instabilidade política e monetária, que os acontecimentos dessa data engendraram, levou, em seu entender, os (“alguns” seria mais correcto) Estados do Velho Continente a imaginar uma união monetária que tardaria trinta anos a concretizar. Acrescentemos que a atribuição dessa progenitura não é inédita: por exemplo, Rapaz (1971) já a tinha avançado.

A este propósito, por um lado, Quatremer poderia ter recordado que, em meados dos anos cinquenta, os pruridos de soberania monetária eram tão sensíveis que o Tratado de Roma nem conseguiu usar a expressão “política monetária”: com efeito, o seu Artigo 105^o,2 recorre à descrição retorcida “*políticas dos Estados membros no domínio monetário*” (3), e mesmo assim, com carácter instrumental em relação à problemática específica da balança de pagamentos. Por outro lado, teria sido oportuno sublinhar o contexto presente então no sistema monetário internacional: internamente, os países signatários ainda se debatiam com a passagem da fase de simples transferibilidade das moedas para uma convertibilidade mais lata; externamente, a participação de todos eles no modelo Bretton Woods poderia conferir a noção de que se vivia num regime de (relativa) fixidez cambial, algo sucedâneo da integração monetária.

Passando da década de sessenta para os movimentados e turbulentos anos setenta, o texto debruça-se, em seguida, sobre os sucessivos Planos Barre e Werner, visando a construção de uma união monetária entre os países da C.E.E.. O Autor qualifica-os como prematuros, o que parece razoável, dado o atraso institucional, polifacetado, de que se deu antes conta.

Todavia, conviria ter sublinhado, mais veementemente, a premência da situação: a instabilidade monetária, com reajustamentos do franco francês e do marco, estava a abalar a estrutura tão laboriosamente conseguida, afectando a própria união aduaneira, entretanto concretizada, dificultando a edificação do mercado comum, especialmente no tocante aos movimentos de capitais, complicando o funcionamento da política agrícola comum (4).

Acresce que, Nixon, ao decretar, em 1971, a suspensão unilateral da convertibilidade do dólar em ouro, eliminando, na prática a âncora de Bretton Woods, tornou mais urgente a necessidade de uma actuação monetária concertada, pelas razões anteriores, agora reforçadas pelo desejo de se combater a dependência satelizante em relação à divisa americana, criando um novo polo cambial, matriz de estabilidade num mundo também atingido pelos choques do petróleo.

Se a concepção de uma união monetária poderia ser entendida como excessivamente ambiciosa, o facto de ela passar a fazer parte, com frequência, das discussões comunitárias e das notícias na Imprensa foi conduzindo, em nossa opinião, a um certo efeito de habituação, que oleou a futura aceitação pública.

O texto deveria ter explicitado mais claramente este enquadramento de partida, para melhor se compreender a longa via que foi necessário percorrer para se atingir o estádio de substituição das moedas nacionais pela moeda plurinacional que circula entre nós.

Da implementação parcelar e movimentada do Plano Werner e da sua imagem zoológica da “serpente no túnel” passou-se, por iniciativa franco-alemã, ou, melhor de Valéry Giscard D’Estaing/Helmut Schmidt, à criação do Sistema Monetário Europeu (S.M.E.), nascido em 1978, esteio da preparação do terreno para a moeda única, mediante a edificação de um espaço de taxas cambiais fixas, mas ajustáveis, centrado em torno da “European Currency Unit” (E.C.U.), cabaz de moedas, com função de numerário e base das taxas centrais bilaterais, com intervenções intramarginais e robustas facilidades mútuas de crédito.

O Autor caracteriza-o, sumariamente, concentrando a sua atenção, em alguns dos (dezoito) ajustamentos cambiais ocorridos. O leitor teria sido melhor servido se alertado para o facto de que, segundo as regras acordadas, essas modificações das taxas centrais eram não só perfeitamente possíveis, como até recomendadas em determinadas circunstâncias. Acresce que o texto é omissivo acerca das medidas de reforço do uso oficial do E.C.U. (1985) e da sua própria recomposição (5).

O período que medeia entre os nascimentos do S.M.E. e do euro, 1.1.1999, na sequência do Tratado da União Europeia (Maastricht), é amplamente analisado, destacando-se o papel desempenhado pela nova dupla gaulo-germânica, entretanto chegada ao poder, François Mitterrand/Helmut Kohl, e por Jacques Delors: juntos, neste “*triangle magique*” (Pg. 33), reinventaram a Europa.

O movimento político desencadeado pela queda do muro de Berlim, em 1989, conducente à reunificação alemã, em 1991, foi catalisador decisivo do processo de construção da moeda única europeia.

Quatremer aprofunda, com generosidade de detalhes, a posição dos principais actores nesta fascinante e inédita caminhada de edificação de uma moeda plurinacional. Destaca, com insistência, a disponibilidade de Kohl de, perante os seus cidadãos reticentes, sacrificar uma fonte de poder do seu país, o marco, a favor de uma Europa reforçada, como que preço a pagar pela aceitação da reunificação política. Como expressou Delors, falando do Chanceler alemão: “*on ne lui rendra jamais assez crédit dans l’histoire d’avoir accepté cela* » (Pg. 48). Por seu turno, Mitterrand viu nesse passo a ocasião de amarrar definitivamente a Alemanha reunificada à Europa, aproveitando para atenuar o poder económico-financeiro do seu vizinho do outro lado do Reno. Delors estimulou, aproveitou e consolidou essa convergência, enfatizando o seu carácter funcional: lembre-se o conhecido slogan “*mercado único, moeda única*”, esta devendo coroar aquele.

“*La ruée vers l’euro*” (Pg. 273) é escalpelizada longamente, dando-se conta das posições assumidas pelos intervenientes mais importantes, políticos e banqueiros centrais, com avanços e recuos até à obtenção do produto final: “*un euro pas de gauche*” (Pg. 391), com “*accent allemand*” (Pg. 189). Se a Alemanha cedeu, ao aceitar o desaparecimento do seu poderoso marco, conseguiu que a nova moeda se lhe assemelhasse, que, numa visão dicotómica de “*rules against discretion*”, aquelas triunfassem sobre esta, com destaque para a independência do banco emissor, noção alheia à cultura político-monetária da França, ainda imbuída de Colbertismo.

O texto acompanha, igualmente, a evolução do entendimento de qual seria

a composição da área do euro, com particular destaque para as dificuldades de um dos membros fundadores da C.E.E., a Itália. Por fim, feito o apuramento, onze países (entre os quais Portugal) constituíram a nova zona monetária, na sua formulação de estreia: por um lado, as esforçadas políticas económicas seguidas, por outro, a conversão dos mercados financeiros, que, após hesitação, se não mesmo hostilidade inicial, acabaram por se persuadir da irreversibilidade do processo de unificação monetária e possibilitaram o cumprimento dos critérios de convergência. A propósito, teria sido oportuno que se tivesse clarificado a fundamentação destas regras, em termos de conceitos e de valores numéricos acordados.

Nascido o euro, Quatremer interroga-se: e agora? Responde: é necessário imaginar e concretizar a união política que os negociadores de Maastricht não ousaram implementar, o gigante económico e monetário continua a ser um "*nain politique*" (Pg. 426), com um mal assegurado controlo democrático das suas instituições. Ora, continua, este défice de integração política ameaça o euro, fazendo antecipar conflitos em torno da política monetária supranacional do B.C.E.. A propósito, invoca o nosso Ministro Sousa Franco, que afirmou: "*Nous avons besoin d'un pouvoir politique fort pour une monnaie forte*" (Pg. 427). E o Autor conclui: "*La construction d'une Europe vraiment fédérale dont l'euro n'est qu'un pilier: voilà le grand chantier du XXI siècle*" (Pg. 427).

Mas, quando se esperaria que a obra passasse a debater, mais em concreto, as insuficiências e as debilidades da moeda única, propondo soluções, o Capítulo imediato empreende a análise das vicissitudes da primeira década do euro (1999-2008), "*enfant prématuré et chétif*" (Pg. 429), resultantes do seu principal defeito: ser uma "*monnaie sans État*" (Pg. 430).

Assim, assistimos à reacção dos mercados, tentando testar a nova moeda, atacando-a com êxito, conduzindo a uma erosão, primeiro lenta mas inexorável, depois a uma queda mais acentuada em relação às outras divisas, nomeadamente o USD: tudo somado, uma descida de 30% em dois anos, apesar de injustificada, com base, apenas, na análise dos "fundamentais".

Perante as consequências na opinião pública em geral e na alemã em particular e nos objectivos anti-inflacionistas, por via dos preços majorados das importações, o B.C.E. empreendeu uma defesa bem sucedida da jovem moeda, recorrendo à palavra, às taxas e às intervenções nos mercados cambiais. O começo da circulação efectiva do euro "físico" constituiu preciosa ajuda psicológica nessa recuperação. Mesmo a violação do Pacto de Estabilidade e Crescimento pela Alemanha e França não impediu a continuada firmeza do euro até ao seu máximo histórico de 15.7.2008: €=1,6038 USD.

E a atracção da área do euro manteve-se, passando sucessivamente, de 11 a 19 membros, a começar pela acessão da Grécia, geradora de muitos problemas vindouros.

Entretanto, desencadeou-se, em 2007, a crise dos "*subprimes*" nos Estados Unidos, que degenerou em crise financeira e, depois, económica mundial. A postura firme do B.C.E., desempenhando, pela primeira vez, o papel de prestamista de última instância, fundamenta a afirmação de que "*l'euro est un*

bouclier qui a permis d'éviter le pire" (Pg. 467): uma implosão do sistema bancário europeu e violentos movimentos cambiais de moedas isoladas. Mas, "*l'activisme de la BCE, la seule institution fédérale de la zone euro* » (Pg.469), contrasta com o imobilismo da Comissão e a incapacidade dos Estados em agir e reagir de concerto, nomeadamente, no tocante à mobilização de adequados recursos financeiros. Quatremer responsabiliza, em particular, a recusa dos germânicos, liderados por Angela Merkel, em usar "*le bon argent allemand*" (Pg. 472) para salvar os bancos dos países mediterrânicos.

Os "*spreads*" das taxas de juro reclamadas pelos mercados às obrigações do Estado alemão e dos demais membros da área do euro vão-se afastando, reflectindo o sentimento de que, embora participantes na mesma zona monetária, por exemplo, Grécia, Itália, Espanha ou Portugal são países diferentes. E a situação agravou-se bruscamente com a falência do Lehman Brothers (15.9.2008) e o recurso ao financiamento externo para tentar salvar os sistemas bancários e fazer face à crise económica.

Esta "crise do euro", 2009-2012, ocupa, em seguida, todo um enorme capítulo, de longe o de maior extensão, quase uma centena de páginas, dedicadas bem mais ao que aconteceu do que ao que deve ser feito para completar a edificação de uma moeda inacabada.

Os mercados distinguem cada vez mais a qualidade das obrigações e ameaçam estrangular os países mais fracos, presos num círculo vicioso de endividamento/elevação das taxas de juro. A mutualização das emissões de dívida, oferecendo aos investidores a garantia do conjunto da área do euro, foi recusada, conferindo acrescida margem de manobra aos mercados: não podendo atacar, como no passado, as diferentes moedas, mudam de alvo para as dívidas, desencadeando uma crise de dívidas soberanas. A falta de solidariedade financeira entre os Estados-membros da zona monetária fez perigar a sua solidez, pondo em dúvida a sua própria subsistência, ameaçada por possível desagregação. Faltava só uma "*étincelle*" (Pg. 474) para desencadear uma "*crise majeure*" (Pg. 474): ela ocorreu, chamou-se Grécia.

O texto critica fortemente o comportamento do Estado Helénico, independentemente da coloração política do seu Governo. Após uma "*premier mensonge grec*" (Pg. 446), no contexto dos números disponibilizados para a verificação do critério das contas públicas no processo de admissão à área do euro, assistiu-se a uma repetição do cenário, "*nouveau mensonge grec*" (Pg. 480), mais uma maquiagem dos números das despesas públicas. A propósito, Quatremer exhibe vasta abundância de detalhes sobre o desperdício dos recursos colectivos.

Os investidores internacionais pressionaram cada vez mais firmemente a Grécia - o seu registo histórico não abonava - e alargaram as suas desconfianças em relação a outros países periféricos. A contribuição financeira dos parceiros foi "*trop peu, trop tard*" (Pg. 499). E os compromissos firmados não foram respeitados pelos gregos, conduzindo a revisões e sucessivos programas de apoio, envolvendo montantes acrescidos e reestruturações da dívida helénica, também com fortes perdas para os privados, provocando ainda maior instabilidade nos

mercados financeiros. Esta acabou por ser acompanhada pela queda da Irlanda e de Portugal (e ajuda sectorial à banca de Espanha).

Quatremer não poupa nas palavras. Alguns exemplos adicionais ilustram a frontalidade da linguagem: “*gabegie institutionnalisée*” (Pg. 495), « *déliquescence du pays réel* » (Pg. 495), « *les grecs sont incapables de tenir parole* » (Pg. 588) e, enfim, numa síntese dura, « *Pays sans État* » (Pg. 489).

A obra censura, mais uma vez, a falta de adequado empenho da Alemanha em dotar a área do euro com apropriados instrumentos de gestão da crise, com suficiente robustez financeira, intervenção atempada e controlo democrático.

Mas, argumenta o Autor, a responsabilidade pela continuada crise não é só da Grécia ou da Alemanha. A Comissão, o B.C.E. e os parceiros do euro foram, também, pelo menos, inconscientes, ao não se esforçarem o bastante para resolver oportunamente o problema. Tal não significa que não tenham sido tomadas algumas medidas significativas: ampliação dos suportes financeiros institucionalizados, um reforço da credibilidade do espírito do Pacto de Estabilidade de Crescimento (“pacotes” “*Six Pack*” e “*Two Pack*”) e, sobretudo, o arranque do demorado processo de edificação de uma União Bancária, “*un saut fédéral*” (Pg. 560), visando superar o nacionalismo bancário.

Tudo somado, a calma acabou por regressar aos mercados, entretanto descrentes da possibilidade de uma reversibilidade do euro. Registe-se, neste contexto, a forte mensagem de Draghi (26.7.2012), assumindo o compromisso de “*To do whatever it takes to preserve de euro. And believe me, it will be enough*”. A actuação do B.C.E., ao proceder à aquisição maciça de títulos no mercado secundário, instituiu, de facto, uma garantia mútua das dívidas públicas, solução técnica para a crise da área do euro. Nem mesmo, em 2013, a ameaça de falência do sistema bancário de Chipre e as medidas draconianas para a ultrapassar (com violação da garantia europeia dos depósitos) provocaram alarme prolongado: a diminuta dimensão económica desta economia insular facilitou a superação da situação.

E, sucessivamente, os países intervencionados concretizaram “saídas limpas”: Irlanda, Portugal e a Espanha regressaram aos mercados. Quanto à Grécia, mais uma vez, os problemas ressurgiram, com as convulsões políticas, pouco ajudadas pela “*bourrasque Varoufakis*” (Pg. 592). Na sequência de novo e conturbado processo negocial e com a demissão do “borrascoso”, a situação resolveu-se, com novo pacote de suporte financeiro e, finalmente, a Grécia acabou por reencontrar a sua liberdade, encerrando-se o seu programa de ajuda.

No Capítulo derradeiro, Quatremer, apoiado em título partilhado com Lenin, “*Que faire?*”, retoma e consolida reflexões avançadas anteriormente.

Considera que o euro tem sido, por um lado, um sucesso técnico: inflação controlada, estabilidade monetária doméstica, crises cambiais impossíveis por definição (6), protecção contra os saltos de humor dos mercados internacionais, baixas taxas de juros, como jamais num período tão dilatado (7). Mas, por outro, um insucesso político, um projecto inacabado, incapaz de desempenhar o almejado papel de catalisador de um federalismo político, nomeadamente, devido à actuação da Alemanha, pautada pela preocupação de instaurar um

“imperium germanique” (Pg. 632). Parece legítimo pensar que o Autor entende que se esteja perante um caso de *“Machiavellian Economics”* (Bartlett, 1987), concretização de uma estratégia germânica visando dominar economicamente o Velho Continente, a coberto da fórmula *“Une Allemagne européenne dans une Europe allemande”* (Pg. 635).

No par de páginas finais, defende que as soluções para completar a área do euro são simples e conhecidas de todos os actores: um Orçamento significativo que possa desempenhar o mesmo papel que o orçamento federal dos E.U.A., um Tesouro europeu, capaz de se endividar nos mercados a taxas sustentadamente baixas, um Ministro das Finanças controlando essas actividades sob a vigilância de um Parlamento da área do euro, uma União Bancária acabada. Em suma, *“une fédéralisation de la zone euro”* (Pg. 641).

O Autor constata que essas reformas permanecem no domínio de um *“doux rêve”* (Pg. 648). Segundo ele, só uma crise atingindo em cheio a Alemanha pode encaminhá-la para a realidade. Ou, então, a recusa dos seus parceiros, nomeadamente o mais poderoso deles, a França, de prosseguirem o caminho de *“solutions bricolées”* (Pg. 648), cada vez mais desestabilizadoras do edifício. A menos que, conclui, se assista a uma inversão do comportamento da Alemanha, receando ser responsabilizada e penalizada pelo desaire do euro, afinal catalisador de nacionalismos, gerador de tensões entre democracias e povos europeus, em vez de acelerador de integração e, portanto, de paz.

Avaliação

Em geral

Estamos perante uma obra bastante completa, que disponibiliza uma narrativa vivida e vívida, exibindo uma abundante riqueza documental, com numerosas citações resultantes de conversas havidas com os próprios actores ou de consultas dos processos verbais das reuniões.

Aliás, a constante personalização, as referências omnipresentes a uma multiplicidade de intervenientes indiciam o acolhimento de uma abordagem privilegiando o Herói na História, eventualmente inspirada pelas análises de Hook (1962) sobre o impacto do individual sobre o colectivo. Contudo, discordamos da ausência de qualquer menção aos protagonistas do mundo académico que, naturalmente, embora, por vezes, nos bastidores, enformaram posições públicas de responsáveis políticos. Pensamos, nomeadamente, nos trabalhos pioneiros sobre a teoria das zonas monetárias óptimas, na sequência do artigo seminal de Mundell (1961): por exemplo, seria apropriado um debate sobre as vantagens e os inconvenientes de uma zona monetária integrada por oposição à fragmentação monetária nacional.

O texto procede a uma exposição quase exclusivamente política do euro, visualizado como um instrumento ao serviço de uma construção federalista da Europa. O Autor omite a análise técnica das insuficiências e debilidades

da moeda única e, sobretudo, da caracterização e das exigências das soluções adiantadas. O leitor interessado em aprofundar temas tais como a estabilização macroeconómica, os desequilíbrios externos excessivos, as regras de actuação do B.C.E., as modalidades de apoio financeiro, a união Bancária nos seus diferentes elementos constitutivos, terá de consultar outras fontes, por exemplo, entre as recentes, em língua portuguesa, Pinto (2019), Coelho (2020) e Sousa (2020).

Julgamos que há insistência excessiva em singularizar, repetidamente, a Alemanha como responsável pela insuficiência de progresso no fortalecimento e acabamento da área do euro. O sacrifício do marco, decidido por Kohl (8), devidamente sublinhado, permitindo, afinal, que haja o euro, é, depois, imolado no altar das críticas a comportamentos posteriores, associados, veementemente, a Merkel, "*Frau Nein*" (Pg.471).

Conviria ter presente a continuada contribuição financeira germânica, sem a qual a história da União teria sido bem diferente. E, com todo o peso do corruio dos sucessivos acontecimentos, deve ser um exercício político particularmente difícil explicar e justificar aos contribuintes alemães o destino de parte do esforço do seu labor. Acresce que a avaliação violentamente negativa do próprio Quatremer acerca do comportamento das autoridades gregas pode constituir argumento para justificar ou, pelo menos, atenuar a crítica da posição germânica. Aliás, ele próprio refere, com frequência, o conceito de "*aléa moral*", o conhecido "*moral hazard*" da literatura anglo-saxónica.

Naturalmente, os últimos desenvolvimentos na União Europeia, na sequência da pandemia Covid 19, deveriam levar a que uma segunda edição da obra revisse a opinião desfavorável sobre a Alemanha e a sua Chanceler, introduzindo uma nota de esperança nas considerações finais da obra em apreciação. Talvez esse eventual texto não terminasse, como agora, com o subtítulo "*hubris allemande*" (Pg. 467) e a apreciação de Merkel, nos nossos dias, inspirasse um apodo, estilo "*de Mr. Hyde a Dr. Jekyll*" ...

As omissões ou insuficiências que fomos aflorando ao longo das páginas anteriores são facilmente dissipáveis. Admitimos que se possa mesmo refutar que algumas delas se reportam a pontos menores. A sua consideração implicaria um texto ainda mais longo, embora, em termos relativos, não viesse a ter expressão significativa. Acresce que se pode defender que são minudências excessivas para ocupar o cronista: este não deve ser "*l'historien de ce qui n'a pas d'histoire*" (Camus, 1947, Pg. 28).

Aspectos mais formais

Note-se que os Capítulos não são numerados, tornando menos cómoda a sua identificação. E, acrescente-se que, se, no texto, cada um deles apresenta-se, ostensivamente, associado, no seu título, a datas, essa informação desaparece, salvo raras excepções, na "*Table des Matières*", o que dificulta, ainda mais, a navegação. A propósito de datas, refira-se que há alguma inconsistência na cronologia adoptada com sobreposições e, mesmo, um ano "desaparecido"

O livro peca, também, pela inexistência de um índice remissivo, que muito poderia ajudar o seu utente a integrar as informações disponibilizadas, atendendo, em particular, à dimensão avantajada da obra. Por exemplo, se esse instrumento de trabalho tivesse sido oferecido, seria muito mais fácil aceder às dezenas de menções a Portugal (individualizadas ou a coberto do chapéu “*Estados do Sul*”) ou a intervenções dos seus governantes, bem mais numerosas, infelizmente, no contexto da crise das dívidas soberanas.

Neste domínio, para além dos anexos sobre questões institucionais na União Europeia/Área do Euro e glossário sobre termos europeus, teria sido bem acolhida uma listagem, com breves referências biográficas, dos principais intervenientes da narrativa, quase todas, aliás, presentes no corpo das páginas, mas de complicada localização. Deste modo, o texto até poderia ser mesmo aligeirado, pois, por vezes, na versão actual, esses currículos repetem-se e, até, com algumas divergências.

Concluindo

Não obstante as críticas expostas, pensamos que a obra em análise constitui uma útil fonte de rica informação sobre a criação, o funcionamento e a sobrevivência do euro, moeda tão mediatizada, sobretudo, para quem busca o acesso aos factos subjacentes a esse percurso, como base para a própria reflexão e lucubração. Um seguidor de Marshall (1890, Pg. 32) – “*economists must be greedy of facts*” – será saciado.

Ele e os demais leitores dominarão um vasto acervo de informação relevante sobre esta prodigiosa caminhada, sem precedente histórico, de edificação de uma moeda, decidida por democracias nacionais para circular numa acrescida área unificada, servindo um conjunto de povos, amplo e em ampliação. A utopia de ontem transformou-se numa realidade de hoje. A sua saudável sobrevivência depende do acolhimento das sugestões acima apresentadas.

Notas

- 1) Parece-nos clara a referência ao título de um dos filmes de Woody Allen (1972): “*Everything you always wanted to know about sex* (*But were afraid to ask)*”. Omitiremos outras alusões cinematográficas avançadas por Quatremer: deixamos a sua identificação à perspicácia do leitor.
- 2) Talvez inspirado no saudoso Maris (2010), cuja frase inicial é “*Il était temps d’achever Le Capital*”.
- 3) Rapaz (1984a) debate, pormenorizadamente, o conteúdo do Tratado de Roma no tocante às questões de “Política Económica e Monetária”.
- 4) Rapaz (1984b) analisa os complexos problemas agro-monetários na C.E.E..
- 5) Rapaz (1987) preenche essas lacunas.
- 6) Recorde-se que, no contexto de uma eventual moeda única universal, Munde-

- Il (2001, Pg. 76)) escreve: “*There’d be no currency crises, by definition*”.
- 7) Em polo oposto, Stiglitz (2016) responsabiliza a moeda única pelo débil desempenho económico da área do euro.
- 8) Quatremer poderia inspirar-se em mais um título cinematográfico: “*The Good German*”, Soderbergh (2006).

Referências

- BARTLETT, Alan (1987), *Machiavellian Economics*, Shedfield, Ashford Press Publishing.
- CAMUS, Albert (1947), *La Peste*, Paris, Gallimard (citação refere-se à edição de 2012, Paris, Belin/Gallimard).
- COELHO, Pedro Passos (2020), *Evolução e Reforma da União Económica e Monetária: uma Visão Realista*, em CORREIA e PINTO, Coordenação (2020).
- CORREIA, José de Matos e Ricardo Leite PINTO, Coordenação (2020), *Estudos em Homenagem ao Professor António Martins da Cruz*, In *Memorian*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.
- HOOK, Sidney (1962), *O Herói na História*, Rio de Janeiro, Zahar.
- MARIS, Bernard (2010), *Marx, Ô Marx, pourquoi m’as-tu abandonné ?*, Paris, Éditions Les Échappés.
- MARSHALL, Alfred (1890), *Principles of Economics*, Londres, MacMillan (citação refere-se à edição de 2009, Nova Iorque, Cosimo, Inc.).
- MUNDELL, Robert (1961), *A Theory of Optimum Currency Areas*, *The American Economic Review*, Setembro
- MUNDELL, Robert (2001), *The International Monetary System : Quo Vadis?* Guitián Memorial Lecture, Washington D.C., Fundo Monetário Internacional.
- PINTO, António Mendonça (2019), *O Euro: Desafios e Reformas*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- RAPAZ, Virgílio (1971), *As Uniões Monetárias: o Caso da C.E.E.*, *Revista Bancária*, n.º. 23.
- RAPAZ, Virgílio (1984a), *Tratado de Roma e Política Económica e Monetária*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração.
- RAPAZ, Virgílio (1984b), *Política Agrícola Comum e Moeda: os Problemas Agro-monetários da CEE*, *Assuntos Europeus*, n.º. 3.
- RAPAZ, Virgílio (1987), *Sistema Monetário Europeu: da criação às medidas de reforço*, *Revista da Administração Pública*, n.º. 32.
- SOUSA, António Rebelo de (2020), *O Euro e o Futuro*, Lisboa, Diário de Bordo.
- STIGLITZ, Joseph (2016), *The Euro : how a Common Currency threatens the Future of Europe*, Londres, Penguin.